



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

COLÉGIO DE DIRIGENTES

ATA Nº 02/2013

1 Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e treze, com início às dez horas foi
2 realizada a segunda reunião de dois mil e treze do Colégio de Dirigentes (CD) do
3 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS),
4 tendo por local a Reitoria do IFRS localizada na Rua General Osório, 348 em Bento
5 Gonçalves. A reunião foi coordenada pela professora Cláudia Schiedeck Soares de
6 Souza, Reitora do IFRS e secretariada pela pedagoga Margarete de Quevedo. A
7 convocação para a reunião apresentou a seguinte pauta: **1)** Estruturação da Auditoria; **2)**
8 Remoções; **3)** Participação em Eventos de Capacitação (Horário especial de estudante,
9 afastamento para Doutorado, etc); **4)** Ponto eletrônico - Ofício SETEC; **5)** Concurso/
10 Redistribuições; **6)** Ajuda de Custo (Remoções e Redistribuições) - Entrevista; **7)**
11 Sindicâncias; **8)** Dimensionamentos; **9)** Flexibilização/6 horas nos câmpus; **10)** Bolsa
12 Formação do PRONATEC e **11)** Informes Gerais. Estiveram presentes os seguintes
13 membros do Colégio de Dirigentes: Professora Cláudia Schiedeck Soares de Souza,
14 Reitora do IFRS. Pró-Reitores: Professor Amilton de Moura Figueiredo, Pró-Reitor de
15 Ensino; Professor Osvaldo Casares Pinto, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional;
16 Professor Júlio Xandro Heck, Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação; Professora Viviane
17 Silva Ramos, Pró-Reitora de Extensão; Professor Giovanni Silveira Petiz, Pró-Reitor de
18 Administração e Luis Vicente Koche Vieira, Diretor de Gestão de Pessoas. Diretores
19 Gerais dos câmpus: Professor Mariano Nicolao, Diretor do Câmpus Canoas; Professora
20 Tatiana Weber, Diretora do Câmpus Caxias do Sul; Professor Eduardo Angonesi
21 Predebon, Diretor do Câmpus Erechim; Professora Melissa Dietrich da Rosa, Diretora
22 do Câmpus Farroupilha; Professor Giovanni Forgiarini Aiub, Diretor do Câmpus Feliz;
23 Professor Marcelo Lima Calixto, representando a Direção do Câmpus Ibirubá; Professor
24 Roberto Saouaya, Diretor do Câmpus Osório; Professor Gleison Samuel do
25 Nascimento, Diretor do Câmpus Restinga; Alessandra Trevisol, representando a

26 Direção do Câmpus Rio Grande e Professor Lenir Antonio Hannecker, Diretor do
27 Câmpus Sertão. O Diretor do Câmpus Porto Alegre, Paulo Roberto Sangoi justificou
28 ausência na reunião. Foram também convocados e participaram da reunião os servidores
29 responsáveis pela implantação dos novos câmpus do IFRS em implantação, a saber: de
30 Alvorada Fábio Marçal, de Rolante Jorge Portela, de Vacaria Gilberto Putti e de
31 Viamão, Jéfferson Funcha. Dando início aos trabalhos, a Reitora, professora Cláudia
32 Schiedeck Soares de Souza saudou os membros do CD presentes na reunião e
33 apresentou os diretores das novas unidades, elencados nas linhas anteriores. Antes do
34 início da pauta, a Reitora fez um breve relato da participação do IFRS nas seguintes
35 reuniões: A Reitora e os Pró-Reitores do IFRS participaram de reunião com o Secretário
36 da SETEC, na qual esteve em pauta o tema da expansão da Rede Federal de Educação
37 Profissional e Tecnológica. Na referida reunião, a Reitora recebeu o comunicado de que
38 em breve será assinada a Portaria que transformará em câmpus as unidades do IFRS até
39 então reconhecidas como câmpus avançados. Com base no que foi tratado na reunião, a
40 Reitora chamou a atenção dos diretores gerais de câmpus para a importância do
41 preenchimento adequado e atualização dos sistemas de dados referentes aos cursos
42 ofertados no IFRS. A Reitora esteve ainda participando de reunião do Conselho
43 Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e
44 Tecnológica – CONIF. Dentre os temas tratados na referida reunião, a Reitora destacou:
45 distribuição de cargos e funções. Está sendo feito, conforme o relato da Reitora, um
46 trabalho no sentido de atender a todas as necessidades na distribuição das funções na
47 tentativa de corrigir as distorções que existem. No entanto, afirmou ela, é uma discussão
48 que ainda não está finalizada. A Reitora comunicou também a participação do professor
49 Júlio Xandro Heck no Fórum de pró-reitores de Pesquisa e Inovação e do professor
50 Amilton de Moura Figueiredo no Fórum de pró-reitores de Ensino e comentou que é
51 necessário trabalhar com indicadores para possibilitar a participação nos editais de
52 fomento. Por fim, a Reitora apresentou um breve relato da reunião de comunicadores
53 realizada no Câmpus Canoas, chamando a atenção para a importância dos diretores
54 gerias acompanharem de perto o trabalho do setor de comunicação do IFRS. A intenção,
55 segundo o relato da Reitora, é trabalhar na padronização dos materiais para garantir uma
56 identidade visual do IFRS. **PAUTA: 1.Remoções.** A Reitora passou a palavra ao
57 Diretor de Gestão de Pessoas (DGP), Luis Vicente Koche Vieira. Em relação às
58 remoções internas, afirmou o Diretor da DGP, a referida Diretoria está trabalhando no
59 sentido de não abrir precedentes e está indeferindo as novas solicitações de remoção

60 interna em função do edital. No que diz respeito à concessão de ajudas de custo para as
61 remoções internas, a DGP elaborou um formulário que será assinado pelo servidor,
62 abrindo mão da ajuda de custo. Em relação aos processos de redistribuição, a DGP
63 passou a adotar a prática de entrevista aos candidatos. A Reitora procedeu um
64 esclarecimento aos novos diretores, apresentando a distinção entre remoção interna e
65 redistribuição e acrescentou que é necessário ter no IFRS um encaminhamento
66 padronizado para as questões referentes à remoção interna e redistribuição. No que diz
67 respeito à questão orçamentária, segundo a manifestação da Reitora, existe uma rubrica
68 para as despesas com remoção e, portanto, considerando que a remoção é feita a critério
69 da administração, é preciso contar com recurso previsto para tal finalidade, concluiu a
70 Reitora. O professor Osvaldo Casares Pinto alertou para a importância de solicitar a
71 ficha funcional do servidor para o processo de redistribuição. O Diretor da DGP
72 recomendou, tanto para remoções quanto para redistribuição, que haja sempre
73 formalização oficial dos processos. O professor Amilton de Moura Figueiredo indagou
74 se o ingresso de novos servidores está possibilitando a remoção dos candidatos
75 atendidos nos editais internos de remoção ao que o Diretor de Gestão de Pessoas
76 respondeu que os novos ingressos estão possibilitando a liberação dos servidores
77 contemplados em edital de remoção interna. O professor Amilton de Moura Figueiredo
78 comentou que, concluída esta fase de remoções, o IFRS está assegurado pelos três anos
79 previstos no edital de remoção interna e tratou da possibilidade de criação de um
80 regulamento interno referente à ajuda de custo na mobilidade dos servidores. Os colegas
81 do CD manifestaram, no entanto, que a ajuda de custo é assegurada ao servidor nos
82 casos de redistribuição já que esta se dá por interesse da instituição. A professora
83 Tatiana Weber solicitou um esclarecimento acerca da cooperação técnica e sobre os
84 procedimentos a serem adotados frente às solicitações de remoção posteriores aos
85 editais de remoção interna e indagou se será aberto novo edital de remoção ou as novas
86 vagas serão destinadas a concurso. O professor Lenir Antonio Hannecker reforçou a
87 questão referente à cooperação técnica, colocou em discussão a questão da lista de
88 espera para os Câmpus Sertão e Erechim nos editais de remoção interna e comentou
89 que, nos processos de redistribuição se faz necessária uma atenção às regras da
90 instituição de origem do servidor, que nem sempre condizem com a regulamentação do
91 tema no IFRS, o que pode gerar transtornos. A professora Melissa Dietrich da Rosa
92 falou do número significativo de processos de redistribuição e reforçou a manifestação
93 dos colegas professor Lenir Antônio Hannecker e professora Tatiana Weber. O

94 professor Gilberto Putti solicitou um esclarecimento sobre a questão da cedência de
95 servidores para outros órgãos. O Diretor de Gestão de Pessoas comentou que não há
96 definição clara acerca da lista de espera de que tratou o professor Lenir Antônio
97 Hannecker. Na compreensão dele, a lista de espera não assegura o direito à remoção,
98 exceto no caso de abertura de novas vagas. O professor Osvaldo Casares Pinto retomou
99 a validade de um ano do edital de remoção e sugeriu que seja dada prioridade à remoção
100 dos candidatos atendidos no edital para que o processo seja encerrado. Na concepção
101 do professor Osvaldo Casares Pinto, com a remoção dos servidores atendidos no edital,
102 o processo se dá por concluído e o edital por encerrado. A Reitora comentou que o tema
103 da remoção e redistribuição deve ser tratado nos Conselhos de Câmpus e acrescentou
104 que é necessário zerar o edital de remoção considerando os atendidos e não a lista de
105 espera, tendo todos os cuidados necessários para evitar problemas. Antes de discutir a
106 possibilidade de novo edital de remoção interna, segundo a Reitora, é necessário discutir
107 e avaliar a experiência dos editais anteriores. No que diz respeito à cooperação técnica e
108 à cedência de servidores, por solicitação da Reitora, o Diretor de Gestão de Pessoas
109 esclareceu que alguns órgãos aceitam a justificativa para não liberação do servidor. A
110 alguns outros órgãos, no entanto, não é possível negar a cedência. O professor Amilton
111 de Moura Figueiredo comentou que é necessário avaliar cada caso porque algumas
112 funções bem específicas não justificam a cedência o que justifica, em determinados
113 casos, o parecer contrário. Em relação à cooperação técnica, a Reitora afirmou que
114 também é passível de passagem pelo Conselho de Câmpus que deverá deliberar sobre as
115 solicitações. A professora Tatiana Weber comentou que, para a cooperação técnica,
116 deve haver uma solicitação formal ao que o Diretor de Gestão de Pessoas acrescentou
117 que a referida Diretoria procederá análise de todo o processo. O professor Júlio Xandro
118 Heck comentou que, para os casos de cooperação técnica, deve haver um projeto claro
119 sobre a atuação do servidor. A Reitora reiterou que, a partir da nomeação dos novos
120 servidores, deve ser dado o encaminhamento para encerramento do edital de remoção
121 interna. O professor Lenir Antônio Hannecker comentou que os novos códigos de vagas
122 poderão atender as pendências do edital de remoção. Por sugestão da Reitora, a DGP
123 ficou encarregada de fazer um levantamento das pendências de que tratou o professor
124 Antonio Hannecker. A Reitora reforçou que todos os processos de mobilidade de
125 servidores devem ser formalizados e apreciados no Conselho de Câmpus. No que diz
126 respeito à remoção de novos servidores, a Reitora afirmou que deverá ser considerado o
127 previsto no edital de remoção a saber, três anos após o ingresso. Os novos câmpus

128 também, por recomendação da Reitora, deverão avaliar com cautela as solicitações de
129 remoção de servidores. Concluindo a discussão do tema a Reitora chamou a atenção
130 para a impossibilidade de redistribuição de docentes de universidades em função da
131 distinção entre as carreiras. **2. Afastamento para capacitação – horário especial de**
132 **estudante.** O Diretor de Gestão de Pessoas comentou que a liberação de servidores para
133 a capacitação será regulamentada no Plano Anual de Capacitação que está por ser
134 elaborado em cada câmpus e na Reitoria. A liberação do servidor está condicionada à
135 previsão no referido documento. A Reitora comentou que o Programa de Capacitação
136 aprovado no Conselho Superior foi elaborado por uma comissão constituída por
137 servidores do IFRS e que os servidores só deverão ser liberados para capacitação dentro
138 de sua área de formação. Além disso, segundo a Reitora, a liberação está condicionada
139 ao interesse da instituição. No que diz respeito ao horário especial de estudante, a
140 Reitora manifestou-se favorável à possibilidade de concessão, com registro em
141 processo, exceto aos servidores em função gratificada. Os procedimentos relativos ao
142 tema devem ser padronizados em todas as unidades do IFRS, afirmou a Reitora. O
143 professor Osvaldo Casares Pinto tratou de uma pendência relacionada ao afastamento
144 dos servidores técnico-administrativos para capacitação já que a estes não está
145 assegurado o direito à substituição. O Diretor de Gestão de Pessoas afirmou que o
146 Programa de Capacitação dos servidores do IFRS aprovado pela Resolução número
147 83/2012 do Conselho Superior contempla os servidores dos dois segmentos, a saber:
148 docentes e técnico-administrativos. O professor Osvaldo Casares Pinto comentou que o
149 IFRS conta com normativa para o afastamento de servidores docentes e que não há, no
150 entanto, regulamentação de afastamento para capacitação dos servidores técnico-
151 administrativos da Instituição. O professor Mariano Nicolao indagou se o afastamento
152 de servidor docente para pós-doutorado gera substituto, ao que o servidor Luis Vicente
153 Koche Vieira emitiu resposta negativa. O professor Júlio Xandro Heck comunicou que
154 esteve participando de reunião da Comissão Interna de Supervisão (CIS) que tratou do
155 afastamento para capacitação. Há, segundo ele, um número significativo de servidores
156 técnico-administrativos interessados no afastamento para capacitação. Foi solicitado
157 por parte da Reitoria, que seja indeferido ainda em âmbito de câmpus as solicitações de
158 afastamento de capacitação para os casos em que o curso pleiteado não seja da área de
159 atuação do servidor. A professora Tatiana Weber reforçou a necessidade de normativa
160 acerca do afastamento para capacitação dos servidores técnico-administrativos, solicitou
161 que seja considerado na referida normativa, inclusive os casos dos servidores que

162 possuem outro vínculo empregatício e tratou da necessidade de padronização dos
163 procedimentos referentes à concessão de horário especial de estudante para o caso dos
164 servidores técnico-administrativos com flexibilização de carga horária. A Reitora
165 apresentou um questionamento referente à prerrogativa de regulamentação do
166 afastamento dos servidores técnico-administrativos, ao que o professor Júlio Xandro
167 Heck respondeu que, na sua compreensão, a CIS poderia ser encarregada de propor uma
168 normativa para o tema. A Reitora propôs que os professores Júlio Xandro Heck e
169 Osvaldo Casares Pinto solicitem que a CIS, num prazo máximo de trinta dias apresente
170 minuta normativa sobre a concessão de afastamento dos servidores técnico-
171 administrativos do IFRS para capacitação. Houve consenso em relação ao
172 encaminhamento proposto pela Reitora. A professora Tatiana Weber tratou da
173 necessidade de discussão acerca do tema do afastamento parcial ao que o professor Júlio
174 Xandro Heck e a Reitora esclareceram que não há legislação que assegure a
175 possibilidade de afastamento parcial. O Diretor de Gestão de pessoas comentou que o
176 afastamento para capacitação sem reposição em caso de um ou dois turnos semanais é
177 assegurado pela legislação vigente, condicionado à sua previsão no plano anual de
178 capacitação. A Reitora chamou a atenção para a urgência da elaboração do plano anual
179 de capacitação e esclareceu que não é legítima a terminologia afastamento parcial. O
180 que a legislação prevê, segundo a Reitora, é o treinamento regularmente instituído. O
181 servidor Luis Vicente Koche Vieira comentou que está tramitando na SETEC um
182 documento de regulamentação da substituição de servidores técnico-administrativos em
183 afastamento para capacitação. A Reitora retomou o encaminhamento aprovado para o
184 tema conforme já relatado anteriormente e deu-se por encerrada a discussão sobre o
185 item em pauta. **3. Flexibilização da carga horária dos servidores técnico-**
186 **administrativos.** O servidor Luis Vicente Koche Vieira comentou que a maior parte
187 dos câmpus já atendeu a determinação do Conselho Superior no que diz respeito ao
188 mapeamento dos processos de trabalho. A professora Tatiana Weber indagou se a
189 Reitoria comunicará aos câmpus a avaliação do mapeamento. A Reitora comentou que
190 no entendimento do Conselho Superior, a concessão da flexibilização da carga horária
191 dos servidores técnico-administrativos é prerrogativa do Reitor. Em relação à ausência
192 de servidores em algum setor, em função da flexibilização da carga horária dos
193 servidores técnico-administrativos, a Reitora solicitou que ela seja comunicada caso isto
194 ocorra, para que possam ser tomadas as devidas providências. O servidor Luis Vicente
195 Koche Vieira solicitou aos diretores de câmpus que atentem para os casos

196 compreendidos como desvio de função. O professor Gleison Samuel do Nascimento
197 falou sobre a dificuldade de padronização no que diz respeito à flexibilização da carga
198 horária dos servidores técnico-administrativos em função da falta de servidores. A
199 Reitoria comentou que a flexibilização deve se projetar a partir das demandas de
200 trabalho nos setores, acrescentando que não há possibilidade de flexibilização da carga
201 horária em todos os setores porque seria ilegal e porque o quadro atual de servidores
202 não comporta a implantação da flexibilização em todos os setores. O professor Amilton
203 de Moura Figueiredo chamou a atenção para a urgência de ampliação do quadro de
204 servidores técnico-administrativos, dado que há concurso válido para tal. No entanto,
205 segundo o professor Amilton de Moura Figueiredo, não é possível criar novas vagas tão
206 somente para possibilitar a flexibilização da carga horária. O professor Amilton apontou
207 ainda para a necessidade de uma orientação por parte do Desenvolvimento Institucional
208 para o redimensionamento de vagas de acordo com o perfil dos câmpus. Na concepção
209 dele, os setores com possibilidade de flexibilização da carga horária são os da área de
210 ensino/atendimento ao educando. A Reitora comentou que é necessário agilizar o
211 processo de solicitação de alteração dos códigos de vagas criados por lei que não
212 atendem às necessidades do IFRS. Por se tratarem de cargos do mesmo nível, a
213 alteração é possível, completou a Reitora. Atrelado a isto, há, segundo a manifestação
214 da Reitora, um questionamento da SETEC sobre a diferença de número de servidores
215 para a mesma função nos câmpus. Ainda sobre a flexibilização da carga horária, a
216 Reitora afirmou que, a partir de um dimensionamento de pessoal, esta é possibilitada
217 inclusive nos câmpus novos. No que diz respeito à padronização da flexibilização, a
218 Reitora comentou que há, no IFRS, certa padronização. No entanto, de forma ilegal. A
219 não padronização no que tange ao tema em pauta, é consequência do que prevê a
220 legislação, afirmou a Reitora que continuou sua manifestação afirmando que os
221 momentos dos câmpus são diferentes no que diz respeito ao quadro de servidores. No
222 entanto, ela se compromete a, quando estiver “fechada” a questão da flexibilização,
223 emitir uma nota acerca dos procedimentos. O professor Mariano Nicolao chamou a
224 atenção para a necessidade de considerar que num mesmo setor podem estar atuando
225 servidores com atribuições distintas, o que gera dúvidas na concessão ou não da
226 flexibilização da carga horária. Fez-se um intervalo para almoço e os trabalhos foram
227 retomados às treze horas. **4. Ponto eletrônico.** O Diretor de Gestão de Pessoas
228 apresentou a legislação referente ao tema que, em síntese, determina o controle
229 eletrônico do ponto. A Reitoria, desde dezembro de dois mil e doze, está trabalhando

230 com ponto eletrônico. O tema, segundo Luis Vicente Koche Vieira está em discussão. A
231 Reitora manifestou-se tratando da necessidade de encaminhamentos do assunto e
232 chamando a atenção para duas realidades: o IFRS será, segundo ela, obrigado a
233 implantar o ponto eletrônico e é necessário prever os procedimentos referentes a tal
234 implantação no caso dos servidores docentes que, por Resolução do Conselho Superior,
235 estão liberados do registro de ponto. A professora Tatiana Weber retomou o
236 entendimento já expresso em reuniões anteriores, de que as atividades docentes
237 desenvolvidas no câmpus devem ser registradas através de ponto. No entanto, a decisão
238 deve ser conjunta e os procedimentos relativos ao tema devem ser padronizados nas
239 unidades do IFRS. A Reitora falou sobre a existência de normativas conflitantes sobre o
240 tema no IFRS, ao que a professora Tatiana Weber comentou que deve ser considerada a
241 hierarquia das leis. O professor Lenir Antonio Hannecker indagou sobre a possibilidade
242 de discussão da Resolução nº 082, de 19 de outubro de 2011 que aprova o Regulamento
243 da Atividade Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio
244 Grande do Sul – IFRS. A Reitora afirmou que o ponto eletrônico, se implantado, deve
245 ser para todos os servidores, independente do segmento. O professor Júlio Xandro Heck
246 comentou que, implantado o ponto eletrônico, os servidores docentes registrariam ponto
247 quando em atividades nos câmpus. A professora Tatiana Weber manifestou-se favorável
248 ao que sugeriu o professor Júlio Xandro Heck. No entanto, segundo ela, não está
249 padronizada nos câmpus a exigência do registro do ponto docente quando este estiver
250 em atividades nos câmpus. O professor Júlio Xandro Heck sugeriu como
251 encaminhamento a implantação do ponto eletrônico para todos os servidores,
252 independente do segmento sendo que aos docentes, pela Resolução 82/2011 antes
253 mencionada, está assegurado o direito de registrar o ponto somente nas horas em que
254 estão em atividades presenciais nos câmpus. A professora Melissa Dietrich da Rosa
255 indagou se está havendo nos câmpus a cobrança do relatório semanal das atividades
256 desenvolvidas pelos docentes fora da sede do câmpus. A Reitora comentou sobre a
257 necessidade de encaminhamento para o tema em pauta. O professor Lenir Antonio
258 Hannecker apresentou a constatação de um questionamento acerca da “distância” entre
259 a realidade dos servidores técnico-administrativos e servidores docentes no que diz
260 respeito ao cumprimento da carga horária. A Reitora apresentou o Parecer da
261 Consultoria Jurídica - AGU referente ao tema em pauta. O professor Osvaldo Casares
262 Pinto falou sobre o processo de discussão da Resolução número 081, de 19 de outubro
263 de 2011 que determina que sejam dispensados do registro diário de ponto os docentes

264 das Carreiras do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Ensino
265 Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
266 – IFRS, propondo sua revogação, mantendo, sem prejuízo, a Resolução número 82/2011
267 citada anteriormente. A Reitora propôs, como encaminhamento, o envio do Ofício antes
268 mencionado à Comissão de Legislação, Normas, Regimentos, Redação e Recursos do
269 IFRS para que esta avalie o tema em confronto com a Resolução número 81/2011. O
270 professor Osvaldo Casares Pinto chamou a atenção para o que prevê o artigo terceiro da
271 Resolução número 82/2011 no que diz respeito à revisão da mesma. A Reitora retomou
272 o encaminhamento por ela proposto afirmando que o fórum de discussão do tema
273 passará a ser o Conselho Superior. Houve consenso em relação à proposta de envio do
274 Ofício para a Comissão já mencionada solicitando análise do tema em confronto com a
275 Resolução número 81/2011. **5. Capacitação.** O Diretor de Gestão de Pessoas
276 apresentou o quadro de servidores do IFRS em fevereiro de dois mil e treze, contendo
277 os números referentes aos afastamentos. A Reitora chamou a atenção para o elevado
278 número de servidores afastados em alguns câmpus, indagando acerca da possibilidade
279 de negociação interna de vagas, ao que a professora Tatiana Weber respondeu que o
280 Programa de Capacitação do IFRS prevê dez por cento de afastamento por câmpus e
281 não em âmbito de Instituto. O professor Mariano Nicolao apresentou um
282 questionamento acerca da viabilidade de permissão de afastamento sem a possibilidade
283 de atender a todos, ao que o Diretor de Gestão de pessoas apontou para a possibilidade
284 de atender as solicitações dentro do limite do saldo. O professor Gleison Samuel do
285 Nascimento propôs o congelamento da tabela até o segundo semestre ou final de dois
286 mil e treze. A Reitora reforçou a proposta apresentada pelo professor Gleison Samuel do
287 Nascimento sugerindo que sejam atendidas as solicitações de acordo com o que foi
288 acordado em cada câmpus, ficando a tabela congelada até agosto de dois mil e treze
289 quando a discussão deve ser retomada. A proposta foi aprovada por consenso. **6. PAD –**
290 **sindicância.** Está sendo constituído um grupo da Reitoria para coordenar as comissões.
291 Cada câmpus deverá indicar três servidores estáveis para trabalhar nos PAD. A Reitora
292 comentou que haverá dificuldade para conseguir três servidores estáveis em cada
293 câmpus e acrescentou que tais servidores sejam indicados com base em critérios. A
294 professora Tatiana Weber sugeriu que sejam indicados inclusive servidores não estáveis
295 para a capacitação e houve consenso em relação a tal possibilidade. A Reitora solicitou
296 que representantes da gestão também estejam incluídos entre os servidores indicados
297 para a capacitação. **7. Afastamentos para servidores com CD e FG.** O professor Júlio

298 Xandro Heck retomou o artigo trinta e quatro do Programa de Capacitação que
299 regulamenta a não concessão de afastamento para capacitação aos servidores em cargos
300 de direção e função gratificada. A Reitora reforçou que a legislação é clara no sentido
301 de não permitir afastamento em tais casos. O professor Amilton de Moura Figueiredo
302 comentou que, no caso de compensação de horário, é necessário trabalhar com o
303 princípio da transparência. **8. Bolsa Formação.** A Reitora passou a palavra para a
304 professora Viviane Silva Ramos que conduziu a discussão do tema. Segundo ela os
305 números de pactuação do IFRS são bastante expressivos. No entanto o Instituto tem o
306 compromisso de ampliação de vagas em dois mil e treze. Segundo a Pró-Reitora de
307 Extensão, o número de pactuações de vagas no programa vai interferir na matriz
308 orçamentária para dois mil e catorze. A professora Viviane Silva Ramos apresentou as
309 demandas por câmpus, falou que o IFRS atenderá prioritariamente o Pronatec Campo e
310 subsequente, sem desprezar as outras demandas e comunicou que as pactuações
311 passaram a ser trimestrais. Relatando a realidade do Câmpus Canoas que conta com
312 dois coordenadores adjuntos porque um atende ao Câmpus Rolante em fase de
313 implantação, a professora Viviane Silva Ramos solicitou a contribuição do CD para o
314 procedimento a ser tomado diante do fato de outros câmpus terem nomeado mais que
315 um coordenador adjunto em função da realidade específica do Câmpus Canoas. Não é
316 viável, segundo ela, haver mais que um coordenador por câmpus. Além disso, em
317 função da demanda de trabalho, o coordenador adjunto deve ter, além do cumprimento
318 de sua carga horária enquanto servidor, somente esta atribuição. A Reitora emitiu um
319 comentário acerca de possíveis problemas decorrentes da nomeação de mais que um
320 coordenador adjunto por câmpus. O professor Roberto Saouaya indagou se as atividades
321 desenvolvidas no programa Bolsa Formação podem ser contabilizadas no plano de
322 trabalho docente. A professora Viviane Silva Ramos comentou que o coordenador
323 adjunto, para dar conta do trabalho, não pode acumular outro cargo de coordenação ou
324 direção. Respondendo ao questionamento apresentado pelo professor Roberto Saouaya,
325 a Reitora afirmou que, na sua compreensão, não há problema no fato de o docente
326 contabilizar em seu plano de trabalho a coordenação do programa Bolsa Formação
327 como atividade de extensão e administrativa. A professora Viviane Silva Ramos
328 reforçou a manifestação da Reitora e chamou a atenção para o fato de que a bolsa diz
329 respeito às atividades desenvolvidas fora da carga horária regular dos servidores. O
330 professor Júlio Xandro Heck concordou que é inviável a administração de dois
331 coordenadores adjuntos e indagou sobre outras alternativas para aumentar o suporte ao

332 coordenador adjunto, ao que a professora Viviane Silva Ramos respondeu que dar
333 suporte ao coordenador adjunto é atribuição do supervisor, do apoio e do orientador. O
334 professor Lenir Antonio Hannecker reforçou que não é procedente a nomeação de dois
335 coordenadores adjuntos por câmpus, bem como a sugestão de reforçar o suporte ao
336 coordenador adjunto. A Reitora afirmou que, considerando a existência do supervisor,
337 do orientador e do apoio, o coordenador adjunto pode descentralizar as ações. O
338 professor Júlio Xandro Heck indagou se, dada a complexidade da função, não poderia
339 se trabalhar com a perspectiva de servidores em atuação no programa Bolsa Formação
340 no seu horário regular de trabalho. A professora Tatiana Weber apresentou uma
341 solicitação de articulação para o subsequente ser incluído no programa Bolsa Formação
342 trabalhador e que o ingresso não seja somente via Exame Nacional do Ensino Médio
343 (ENEM). A Reitora se comprometeu a tratar das solicitações apresentadas pela
344 professora Tatiana Weber ao Diretor de Integração das Redes de Educação Profissional
345 e Tecnológica da SETEC, Marcelo Machado Feres. Em relação à nomeação de
346 coordenador adjunto do programa Bolsa Formação nos câmpus, definiu-se pela
347 indicação e nomeação de um único adjunto por câmpus, exceto para o caso do Câmpus
348 Canoas já mencionado que permanecerá com dois coordenadores adjuntos porque um
349 atende ao Câmpus Rolante. A professora Viviane Silva Ramos comunicou que o
350 próximo período de pactuação e repactuação será de primeiro a quinze de abril do
351 corrente ano e manifestou uma preocupação diante da agenda de eventos que o
352 programa Bolsa Formação contém. A Pró-Reitora de Extensão procedeu alguns
353 encaminhamentos relativos à representação do IFRS no evento de formatura de cursos
354 de formação inicial e continuada que será realizado em Porto Alegre na data de cinco de
355 abril de dois mil e treze. Já no dia trina de abril acontecerá, segundo ela, uma aula
356 inaugural para os cursos técnicos. **Assuntos gerais.** O professor Giovani Silveira Petiz
357 propôs e foi aprovada a data de dois e três de abril do corrente ano, para a realização de
358 reunião do Colégio de Dirigentes em conjunto com o Departamento de Administração e
359 Planejamento conforme determinado em reunião anterior. A Reitora tratou de algumas
360 dificuldades relacionadas a fluxos relativos, por exemplo, a convênios, solicitando que a
361 Reitoria seja comunicada sobre os convênios firmados pelos câmpus. O professor Júlio
362 Xandro Heck apresentou um relato de sua participação no Fórum Pró-Reitores de
363 Pesquisa e Inovação, do que destaca-se: o curso de Especialização em Propriedade
364 Intelectual deverá iniciar em agosto; em breve será lançada a EMBRAPI Empresa
365 Brasileira de Pesquisa e Inovação da qual os Institutos Federais deverão ser parceiros a

366 partir de dois mil e catorze; o Fórum de Pró-Reitores em Pesquisa e Inovação está
367 trabalhando num documento de reconhecimento de diplomas estrangeiros. Existe um
368 projeto de lei que prevê o reconhecimento automático de tais diplomas. Esteve em pauta
369 também a questão da matriz orçamentária. A SETEC lançará edital para os Institutos
370 ofertarem cursos de Mestrado. Considerando que a proposta é de um projeto para cada
371 instituto, e que alguns institutos poderão não apresentar projeto, a Reitora sugeriu que o
372 IFRS trabalhe no sentido de propor dois projetos. A professora Viviane Silva Ramos
373 retomou a decisão de que as reuniões dos fóruns seriam realizadas nas segundas e
374 terças-feiras, inclusive dos coordenadores adjuntos do Programa Bolsa Formação. Está
375 havendo, segundo ela, problema porque alguns coordenadores têm aula nos dias
376 estipulados. O professor Lenir Antonio Hannecker defendeu a manutenção da decisão
377 acerca do agendamento das reuniões encaminhando para que os câmpus resolvam a
378 situação apresentada pela professora Viviane Silva Ramos. A Reitora reforçou a
379 manifestação do professor Lenir Antonio Hannecker sugerindo que os diretores gerais
380 orientem os coordenadores adjuntos para que conversem com os diretores de ensino
381 para adequar seus horários de aula de modo que permitam a participação deles nas
382 reuniões do Programa Bolsa Formação. Foi mantido o previsto para as reuniões dos
383 fóruns nas segundas e terças-feiras. **Auditoria.** O servidor Marcelo Juarez Vizzotto
384 apresentou ao Colégio de Dirigente a recomendação da CGU Ofício 2468/2013 e em
385 seguida procedeu a apresentação de duas propostas de organização da auditoria no
386 IFRS: regionalizada ou descentralizada. O IFRS deverá, segundo ele, encaminhar até
387 trinta e um de março de dois mil e treze, resposta ao Ofício nº 2468/13 da CGU. A
388 Reitora comentou que a descentralização gera um impacto no número de servidores dos
389 câmpus. Para o contexto atual a regionalização é, segundo ela, uma alternativa. Em
390 relação à proposta de modelo regionalizado, a Reitoria questionou o pagamento de
391 diárias pela Reitoria, ao que o servidor Marcelo Juarez Vizzotto esclareceu que o
392 número de diárias não será expressivo. A Reitora sentiu-se contemplada com a resposta.
393 O professor Osvaldo Casares Pinto afirmou ver com estranheza o vínculo do auditor
394 direto com a Reitoria. No caso da regionalização, as vagas deveriam ser, segundo ele,
395 absorvidas pela Reitoria e não entrar na conta dos câmpus. A Reitora esclareceu que a
396 subordinação à Reitoria visa a padronização do fluxo dos processos e afirmou que é
397 necessário distinguir auditoria de consultoria. O professor Lenir Antonio Hannecker
398 defendeu a proposta segundo a qual cada câmpus contará com um auditor. O professor
399 Osvaldo Casares Pinto questionou os valores aplicados e indagou se não seria o caso de

400 fortalecer a auditoria constituindo uma equipe de trabalho formada por auditores e por
401 outros servidores. O professor Júlio Xandro Heck comentou que, em caso de aprovação
402 da descentralização, para o próximo concurso, a primeira vaga deverá ser destinada para
403 auditor. O professor Marcelo Lima Calixto indagou se aprovada a regionalização, qual
404 unidade deverá fornecer a vaga para auditor, ao que o professor Júlio Xandro Heck
405 respondeu que neste caso, se aplicaria a sugestão do professor Osvaldo Casares Pinto,
406 segundo a qual as vagas de auditor seriam da Reitoria. Em votação a estrutura da
407 auditoria obteve, como primeiro resultado, um empate entre regionalização e
408 descentralização. Houve uma maior discussão sobre outros aspectos referentes ao tema
409 em pauta e procedeu-se nova votação que obteve o segundo resultado: seis votos
410 favoráveis à regionalização e dez votos favoráveis à descentralização, sendo, portanto
411 aprovada a proposta de estrutura da auditoria de forma descentralizada. O professor
412 Júlio Xandro Heck reforçou que, neste caso, ou seja, aprovada a proposta de
413 descentralização, a vaga de auditor é compulsória para os câmpus que não tem auditor
414 no quadro de servidores no próximo concurso. O servidor Marcelo Juarez Vizzotto fará
415 os encaminhamentos e a minuta da unidade de auditoria interna será apresentada ao CD
416 e ao Conselho Superior numa próxima reunião. Dando continuidade à reunião, o
417 professor Amilton de Moura Figueiredo apresentou relato de sua participação no Fórum
418 de Pró-Reitores de Ensino. No dia vinte e seis os trabalhos do CD tiveram início às dez
419 horas. O professor Amilton de Moura Figueiredo conduziu os trabalhos do dia que
420 centraram na apresentação das ações prioritárias da Proen, do que destaca-se:
421 Organização didática do IFRS; Processo seletivo unificado; Calendário Acadêmico;
422 Readequação dos currículos dos cursos do IFRS; Assistência estudantil e Atividades
423 contínuas. O professor Osvaldo Casares Pinto apresentou o tema das formaturas no
424 IFRS para discussão sugerindo que a cerimônia de formatura seja desvinculada da festa
425 para que todos os alunos possam participar da cerimônia sem custo. O professor
426 Amilton de Moura Figueiredo afirmou que está em processo a discussão para
427 normatização das formaturas no IFRS e comprometeu-se em levar a posição do grupo
428 do CD, a saber, a apresentada pelo professor Osvaldo Casares Pinto, para o grupo de
429 trabalho. Assim, se aprovada a proposta do CD, o IFRS bancará a cerimônia de colação
430 de grau, desvinculando a cerimônia da festa. O professor Amilton de Moura Figueiredo
431 apresentou ainda um levantamento de dados referentes aos cursos do IFRS em 2013.
432 Encerrados os trabalhos, às doze horas do segundo dia de reunião, deu-se por encerrada

433 a reunião da qual lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelos
434 presentes. Bento Gonçalves, vinte e seis de março de dois mil e treze.

Margarete de Quevedo_____

Cláudia Schiedeck Soares de Souza_____

Alessandra Trevisol_____

Amilton de Moura Figueiredo_____

Eduardo Angonesi Predebon_____

Fábio Marçal_____

Gilberto Putti_____

Giovani Forgiarini Aiub_____

Giovani Silveira Petiz_____

Gleison Samuel do Nascimento_____

Jéfferson Funcha_____

Jorge Portela_____

Júlio Xandro Heck_____

Lenir Antonio Hannecker_____

Luis Vicente Koche Vieira_____

Marcelo Lima Calixto_____

Melissa Dietrich da Rosa_____

Oswaldo Casares Pinto_____

Mariano Nicolao_____

Roberto Saouaya_____

Tatiana Weber_____

Viviane Silva Ramos_____